



A PRÁTICA PEDAGÓGICA DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA E OS MARCOS LEGAIS: ASPECTOS QUE EMERGIRAM DE UMA PESQUISA-AÇÃO

Cesar Amaral de Souza Leite

Mestre em Educação, Professor da rede pública do município de Querência-MT
cesarleite_@hotmail.com

Ivan Carlos Bagnara

Doutor em Educação nas Ciências, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Erechim-RS (IFRS). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação da UFFS – Campus Erechim.
ivan.bagnara@erechim.ifrs.edu.br

1. Introdução

Este trabalho é resultado de um estudo que contou com a participação de um grupo de professores de Educação Física (EF), que ministram aulas no quinto ano do ensino fundamental, em um município do nordeste do Mato Grosso (MT). Durante a realização da pesquisa-ação, os participantes tiveram a oportunidade de estudar, debater e refletir sobre a Educação Física Escolar (EFE) na perspectiva dos marcos legais, principalmente a BNCC (Brasil, 2017), o Documento de Referência Curricular de MT (DRC-MT).

Os participantes da pesquisa, puderam identificar aspectos comuns entre os documentos e, além disso, tensionar os pressupostos teórico-conceituais desses marcos legais com a forma como desenvolvem o trabalho pedagógico no “chão da escola”. Ao compartilhar suas experiências, foi possível propor a elaboração de uma sistematização curricular para o quinto ano do ensino fundamental, tendo como pano de fundo os marcos legais e o universo da cultura corporal de movimento como elemento central.

Nessa conjuntura, este trabalho possui como objetivo principal apresentar um recorte de uma parte inicial da pesquisa-ação realizada, referindo os principais elementos destacados pelos professores durante a etapa de estudo dos marcos legais.

2. Metodologia

A pesquisa realizada é de natureza qualitativa, na perspectiva da pesquisa-ação.



Thiollent (2008) destaca que essa forma de pesquisa estabelece a resolução de um problema coletivo, em que pesquisadores e participantes envolvem-se de modo cooperativo ou participativo.

O estudo contou com a participação de sete professores de EF, que ministram aulas no 5º ano do ensino fundamental na rede municipal, de um município localizado no nordeste do Mato Grosso. O tempo de atuação dos professores variava entre um e vinte anos. As reuniões, com duração de duas horas cada, abordaram os pressupostos direcionados para o 5º ano do ensino fundamental da BNCC e do DRC-MT.

Para produção dos dados, foram utilizados dois instrumentos: gravação em áudio das reuniões e anotações no diário de campo (DC) do pesquisador. Após a realização da pesquisa, os áudios foram transcritos e os dados analisados à luz do método de análise de conteúdo, proposto por Bardin (2011). A pesquisa foi autorizada pelo Comitê de Ética, com parecer consubstanciado de número 6.413.291/2023.

3. Resultados e discussão

O primeiro marco legal analisado foi a BNCC, pois, a partir dele, surgiram outros referenciais estaduais e municipais. Ao analisar as unidades temáticas sugeridas pelo documento, os professores fizeram os seguintes apontamentos: “Tenho dificuldade de trabalhar lutas, eu não trabalhei, a gente deveria trabalhar dentro de uma regra” (Professor 3). Já a Professora 1, argumenta: “tem que ensinar a disciplina, gente que não está no meio, não adianta querer ir lá. Têm coisas que a gente até tenta, mas ensina errado”.

Os excertos refletem a insegurança que os professores possuem por não dominar a dimensão prática de um conteúdo específico, no caso as lutas. A análise realizada, gerou a seguinte anotação no DC: “é possível perceber que, por vezes, tal conteúdo não é trabalhado porque o professor não vivenciou nem na educação básica, nem na educação superior e, desta forma, entende que não há a necessidade de trabalhar esse ou aquele conteúdo” (DC) ou não sente segurança para abordar alguns temas sugeridos pelos marcos legais.

Com relação a unidade temática, de brincadeiras e jogos, o Professor 3 questiona: “o que são essas brincadeiras africanas aí? Sem direcionar uma crítica direta aos



questionamentos realizados pelo Professor 3, entretanto, buscando chamar a atenção para a importância da temática, destaca-se a análise realizada por Fensterseifer (2009, p. 116), ao referir que a “pior formação é aquela que se concretizou, [...] aquela que nos convenceu que estamos de posse de todo o saber necessário, nada mais tendo que aprender”. Desse modo, é importante, aos professores, tomar consciência de que, os marcos legais, ao incorporar novos temas e conteúdos de ensino, suscita a assunção do compromisso de continuar aprendendo, para poder ensinar aos estudantes.

É importante refletir sobre essa questão e compreender, conforme afirma Krug (2004), que a formação inicial não prepara totalmente os professores para todas as situações da além disso, é fundamental pontuar que a formação continuada adquire centralidade em situações como a relatada, com processos formativos complementares e que atendam às suas necessidades.

Sobre o trabalho pedagógico realizado nas escolas tendo como base a BNCC, os educadores destacam que ainda há uma certa confusão. Conforme pontua a Professora 1 - “continuamos perdidos, apesar das habilidades descritas”. Essa premissa pode ser decorrente de uma série de fatores, dentre os quais, mesmo sem aprofundamento, destaca-se dois, a saber: 1) falta de tempos e espaços no horário de trabalho (institucionais) para estudar os marcos legais; 2) falta de interesse por parte dos professores em estudar os marcos legais.

Relacionado a essa premissa, Bracht (2019) afirma que a BNCC ainda não reflete a realidade das escolas, pois sua implementação envolve um longo processo entre publicação, estudo, planejamento e prática pedagógica. E pode-se acrescentar, a realização desse movimento implica significativo esforço, que necessita ser compartilhado pelos sistemas de ensino, pelas escolas e pelos professores, haja vista a complexidade de aspectos que atravessam essa problemática.

Após o movimento de estudo da BNCC, foi realizada uma análise envolvendo a DRC-MT, que foi elaborado à luz da BNCC. Foi possível constatar que esse documento apresenta alguns elementos que diferem da BNCC, como, esporte paraolímpico e as danças da cultura mato grossense (siriri; rasqueado; lambadão). Além disso, diferentemente da BNCC, a DRC refere o nome de algumas brincadeiras, como: “roda, amarelinha, passa anel, sete ou cinco marias, telefone sem-fio, fita, pega-pega” (Mato



Grosso, 2018, p. 92).

Ao mencionar algumas experiências de sua prática pedagógica, envolvendo o conteúdo de dança, a Professora 2 pontua: “uma vez, montamos um clipe com ajuda de uma professora que trabalha num projeto cultural da cidade, obtendo sucesso com o estilo musical frevo”. Entretanto, as demais falas dos professores demonstram, conforme anotações do DC, que a dança ainda é um tema pouco abordado nas aulas de EF no referido município. Percebeu-se uma certa “insegurança para tratar de alguns conteúdos (DC), conforme já relatado na análise do estudo da BNCC. Essa premissa se assemelha ao descrito por Bagnara e Fensterseifer (2019), ao afirmar que muitos professores demonstram insegurança para ensinar conteúdos não esportivos, o que denota uma visão mais ampla da prática pedagógica na EFE.

Ao retomar a análise da temática das lutas, durante o estudo da DRC do MT, foi possível observar que a visão do grupo sobre o tema está se modificando. Nessa perspectiva a Professora 2 afirma que as lutas podem ser ensinadas “de forma lúdica, sob o ponto de vista de jogos ou brincadeiras”. Ao refletir sobre a fala da colega, o Professor 3, que antes havia relatado dificuldades para ensinar lutas, corrobora: “assim eu acredito que possa ser, algumas atividades relacionadas a luta”.

Uma análise sobre a mudança de compreensão, mesmo embrionária, proporcionada pela pesquisa-ação, permite, da mesma forma que Betti (2015), referir que o “autoquestionamento”, que o abalo de convicções é algo fundamental no processo de pesquisa-ação, algo importante na prática pedagógica dos professores participantes.

4. Considerações finais

Após a realização da pesquisa-ação com o grupo de professores de um município localizado no nordeste mato-grossense, alguns aspectos observam-se: mesmo reconhecendo que os marcos legais contemplam a EFE de maneira abrangente, o trabalho pedagógico realizado nas escolas, em boa medida, não considera os pressupostos teórico-conceituais apregoados pelos referidos documentos. Ou seja, no *locus* do estudo, a EFE ainda não está sendo concebida como um componente curricular preocupado com a produção de conhecimentos sobre a cultura corporal de movimento, seu objeto central de estudo.



Outro ponto importante, foi o reconhecimento de que os processos de formação continuada, em dinâmicas similares a esse, possuem potencial para proporcionar a mudança de concepção dos professores, nesse recorte a unidade temática de lutas, teve sua forma de tratamento ressignificada pelos professores.

Por fim, mesmo com limites e fragilidades, do ponto de vista da rotina dos professores para desenvolver uma EFE articulada com os marcos legais e contemplando a cultura corporal de movimento, uma boa possibilidade é apostar no protagonismo destes, promovendo o desenvolvimento de projetos educativos e na realização de trabalhos pedagógicos.

Referências

BAGNARA, I. C.; FENSTERSEIFER, P.E. **Educação Física Escolar Política, currículo e didática**. Ijuí: Unijuí 2019.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BETTI, M. **Educação Física Escolar: ensino e pesquisa-ação**. Ijuí: Unijuí, 2015.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**/Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. p.396. Brasília: MEC, 2017. Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 23 de mai. 2023.

FENSTERSEIFER, P. E. Formação em Educação Física: para sair da minoridade. In: KRUG, H. N.; PEREIRA, F. M.; AFONSO, M. da R. (Org). **Educação Física: Formação e Prática Pedagógica**. Pelotas: UFPEL, 2009a. p. 103-119.

KRUG, H. N. **Rede de autoformação participada como forma de desenvolvimento profissional em Educação Física**. Tese de Doutorado em Ciência do Movimento Humano –Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2004. Disponível em <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/3293> . Acesso em 28 de abr. 2024.

MATO GROSSO. **Documento de Referência Curricular para Mato Grosso**. Secretaria de Estado da Educação. 2018. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/12IdfeadygzgIyA2FnyYB0tpHZiYSJw9p/view> . Acesso em 23 de mar. 2024.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2008.